



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: Unanimidade

Em: 24/10/22

José Roberto

Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara

## REQUERIMENTO N.º 148/2022

## ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 253/2022

Em: 25/10/22

*Requerem do Executivo o retorno  
do Programa Ubá Legal.*

Senhor José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
Nesta.

Os vereadores que abaixo assinam requerem, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência ao Prefeito de Ubá, Edson Teixeira Filho, sugerindo a necessidade de retorno do Programa Ubá Legal.

### 1. INTRODUÇÃO:

O antigo Programa Ubá Legal, criado pela Lei Nº. 4.023, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011 para regularização de parcelamento, do uso e ocupação do solo e das edificações, que especifica, que teve seu término com o DECRETO Nº 6.521, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, que prorrogou até 31 de dezembro de 2021 a vigência do Programa Ubá Legal para regularização de imóveis, de que trata a Lei Municipal 4.192, de 24 de abril de 2014.

### 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Foram mais de dez anos do Programa Ubá Legal, um marco para a cidade, fazendo com que milhares de contribuintes legalizassem suas obras, casas, galpões, prédios e imóveis diversos, para que pudessem conseguir pagar o imposto devido correto, da área real do imóvel, e dar início ao processo para a legalização e futura averbação do imóvel na matrícula no cartório de registro de imóveis.

Sendo que essa possibilidade foi retirada da população há quase um ano, ela não tem outra opção a não ser ficar “clandestina”, por não ter como legalizar uma obra que há meses ou anos já tenha sido construída, sem o devido alvará de construção e habite-se, que por algum motivo não foram feitos há época.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## 3. SUGESTÕES:

3.1- Voltar com o Programa Ubá Legal o quanto antes, para colaborar com os milhares de contribuintes que desejam legalizar seu imóvel, para averbação da obra/imóvel na escritura ou outra finalidade, com a comprovação mínima de 05 anos, facilitando através do Google Maps a identificação da obra já existente ou outra ferramenta disponível;

3.2- Fazer um documento mais completo, evitando vários documentos com poucas diferenças entre eles, evitando muitos papéis impressos e burocracia;

3.3- Aumentar a fiscalização preventiva, orientativa e punitiva, a fim de evitar obras em andamento ou que podem iniciar sem o alvará de construção, para que todas obras estejam dentro dos limites das Leis municipais;

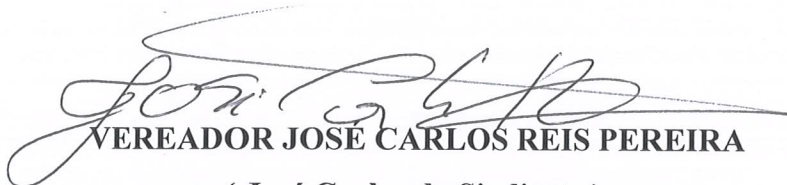
3.4- Comprovante de prestação de serviço (IPTU), pago dos anos anteriores, fornecido pela Prefeitura Municipal, como comprovante principal de antecedência aos 05 anos desejados.

## 4. CONCLUSÃO:


Diante da demanda dos contribuintes, para uma maior receita municipal com os impostos a serem pagos para a aprovação dos projetos e posteriormente com o pagamento do IPTU da área correta, dentre outras vantagens, fica clara a necessidade da volta do Programa Ubá Legal.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firmam.

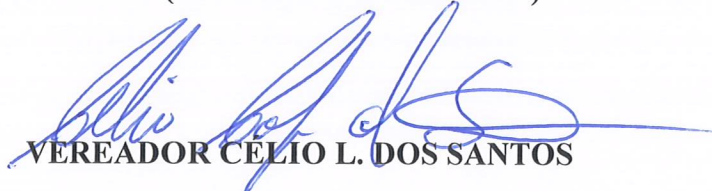
Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 24 dias de outubro de 2022.

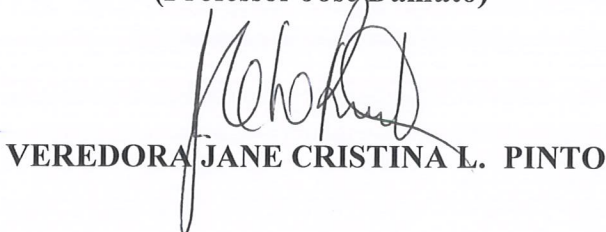
  
VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA

( José Carlos do Sindicato )

  
VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO

(Professor José Damato)

  
VEREADOR CÉLIO L. DOS SANTOS

  
VEREDORA JANE CRISTINA L. PINTO